

Em defesa da soberania nacional e da transparência do processo eleitoral

Às vésperas de mais uma eleição nacional, o Brasil vive um período de tensão política e institucional que exige dos Poderes da República, das instituições, dos partidos, da imprensa e da sociedade civil compromissos com a democracia, a soberania nacional e a livre manifestação da vontade popular.

Nenhuma divergência política ou controvérsia entre autoridades pode ameaçar a estabilidade institucional ou interferir na liberdade do voto.

Nesse contexto, causaram preocupação os recentes acontecimentos envolvendo o Supremo Tribunal Federal e a Polícia Federal, especialmente a decisão do ministro André Mendonça que determinou o afastamento do diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, e do diretor de Inteligência Policial, Leandro Almada. A medida suscitou grave controvérsia sobre os limites de atuação dos Poderes e a autonomia da Polícia Federal.

O presidente do STF, ministro Edson Fachin, suspendeu os efeitos das decisões conflitantes relativas ao comando da Polícia Federal e assegurou a permanência de Andrei Rodrigues na direção-geral da instituição. A decisão buscou interromper a sucessão de determinações contraditórias e restabelecer a condução institucional da questão.

O Clube de Engenharia defende que divergências dessa natureza sejam resolvidas pelos mecanismos constitucionais, com respeito às competências de cada Poder, ao devido processo legal e à independência das instituições. Em especial durante o período eleitoral, a Polícia Federal deve exercer suas atribuições de Estado com autonomia, estabilidade e isenção, livre de interferências político-partidárias, quaisquer que sejam suas origens.

Também é essencial que o debate público seja conduzido com responsabilidade. A imprensa deve exercer plenamente sua liberdade, com compromisso com a apuração rigorosa dos fatos, a pluralidade de informações e a distinção entre notícia, análise e opinião.

A defesa da democracia exige serenidade, mas também vigilância diante de qualquer iniciativa capaz de comprometer a normalidade institucional, a soberania nacional ou a transparência do processo eleitoral.

O Clube de Engenharia reafirma sua defesa da Constituição, do Estado Democrático de Direito, da soberania brasileira e de eleições livres, transparentes e soberanas.

A vontade do povo brasileiro, livremente manifestada nas urnas, deve estar acima de quaisquer interesses políticos, econômicos ou estrangeiros.

Rio de Janeiro, setembro de 2026.

CLUBE DE ENGENHARIA DO BRASIL - CEB